

Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD)

Sessão Pública de apresentação de resultados

Cascais
30 junho 2015

Centro Cultural de Cascais



Apoio:

CASCAIS

POA FSE
PROGRAMA OPERACIONAL DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA
FUNDO SOCIAL EUROPEU
gerir, conhecer e intervir

Cofinanciado por:

QR EN QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL PORTUGAL 2007-2013
GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA
UNIÃO EUROPEIA Fundo Social Europeu

Promovido por:

GOVERNO DE PORTUGAL

ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

O que é o IMAD?

- Ferramenta de apoio à caracterização e monitorização das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes em Portugal.
- Procura-se com esta ferramenta facultar às instituições locais, com intervenção ao nível do acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes, um retrato da realidade local que lhes permita aferir, com acuidade, o universo das políticas locais relevantes nesta matéria, a efetividade dessas políticas em termos de resposta às necessidades e a identificação de práticas inspiradoras que possam ser replicadas noutros territórios/contextos.
- O conhecimento aprofundado da realidade de cada município permitirá também ao ACM, I.P. efetuar recomendações que visem o desenvolvimento de políticas eficientes e eficazes, no enquadramento das diretrizes nacionais e comunitárias, ao mesmo tempo que construirá um diagnóstico global daquelas que são as áreas com maiores fragilidades.

Revisão e consolidação da ferramenta

- Adaptação da ferramenta do Conselho da Europa.
- Validação pelos técnicos da Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (Rede CLAI) em dezembro de 2013.
- Pré-teste nos municípios do Seixal e da Guarda em maio de 2013.
- Consolidação da ferramenta.



Amostra:

- Adesão à Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade.
- Identificação de 40 municípios:
 - i) 35 concelhos com mais estrangeiros, começando pela região da Grande Lisboa e Península de Setúbal;
 - ii) 5 concelhos onde a população estrangeira tem mais impacto no total da população e com mais de 350 estrangeiros residentes, registados nos censos 2011.

Inquirição

- 39 autarquias inquiridas entre os meses de novembro de 2014 e janeiro de 2015.
- 1º dia de inquirição: aplicação da ferramenta junto do interlocutor da autarquia.
- 2º dia de inquirição:
 - 1 Agrupamento de Escolas do território concelhio para responder ao bloco de questões da Educação (com maior diversidade cultural entre os seus alunos e/ou mais estudantes estrangeiros);
 - 1 serviço local de saúde (Unidade de Saúde Familiar USF ou Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados UCSP) do território concelhio para responder ao bloco de questões da Saúde (com maior diversidade cultural entre os seus utentes e/ou mais utentes estrangeiros).

Inquirição

- Após preenchimento do questionário pelos inquiridores, toda a informação reportada foi validada pelas autarquias inquiridas.
- Os questionários foram posteriormente analisados dando origem a:
 - Um questionário de cariz mais quantitativo com codificação de respostas e instruções de preenchimento.
 - Base de dados.
 - Relatórios municipais.

Ferramenta IMAD e Pressupostos

- O IMAD destina-se fundamentalmente a recolher informação sobre as respostas (iniciativas/medidas/serviços/programas/políticas) que as entidades públicas e privadas desenvolvem no território concelhio na área do acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes.
- É composto por 14 blocos:
 - Compromisso da autarquia
 - Serviços de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes no território concelhio
 - Urbanismo e habitação
 - Mercado de trabalho e empresarial, formação e capacitação
 - Cultura
 - Solidariedade e resposta social
 - Cidadania e participação cívica
 - Media
 - Racismo e discriminação
 - Relações internacionais
 - Religião
 - Educação
 - Língua
 - Saúde

Ferramenta IMAD e Pressupostos

- O preenchimento do questionário reporta toda a informação acerca do território concelhio (autarquia e/ou entidades da sociedade civil e/ou outras relevantes).
- Para efeitos desta ferramenta considera-se município o território concelhio.
- Para efeitos desta ferramenta, considera-se a noção de integração de imigrantes, tal como é definida na Agenda Comum para a Integração da Comissão Europeia (COM, 2005, 389), ou seja, como um processo dinâmico e bidirecional de acomodação dos imigrantes e da sociedade de acolhimento, e dos respetivos nacionais dos estados-membros.
- A informação reportada refere-se à temática do acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes, excluindo-se deste universo as respostas direcionadas aos portugueses de etnia cigana e aos portugueses emigrados no estrangeiro ou regressados ao país.

Ferramenta IMAD e Pressupostos

- São consideradas as respostas direcionadas aos imigrantes e seus descendentes independentemente da sua nacionalidade. São igualmente consideradas as respostas direcionadas a toda a população (nacionais e estrangeiros), no caso da promoção da interculturalidade, desde que as mesmas visem a integração efetiva dos imigrantes e seus descendentes na sociedade portuguesa.
- A informação reportada refere-se maioritariamente ao ano anterior e ao ano corrente (à data da inquirição).
- A informação reportada baseia-se na apresentação de factos e, sempre que possível, em evidências (dados de fontes oficiais ou de informações recolhidas no município / notícias publicadas nos *media* locais / atas de reuniões da Rede Social, conselhos municipais ou de outras estruturas locais / entre outras).

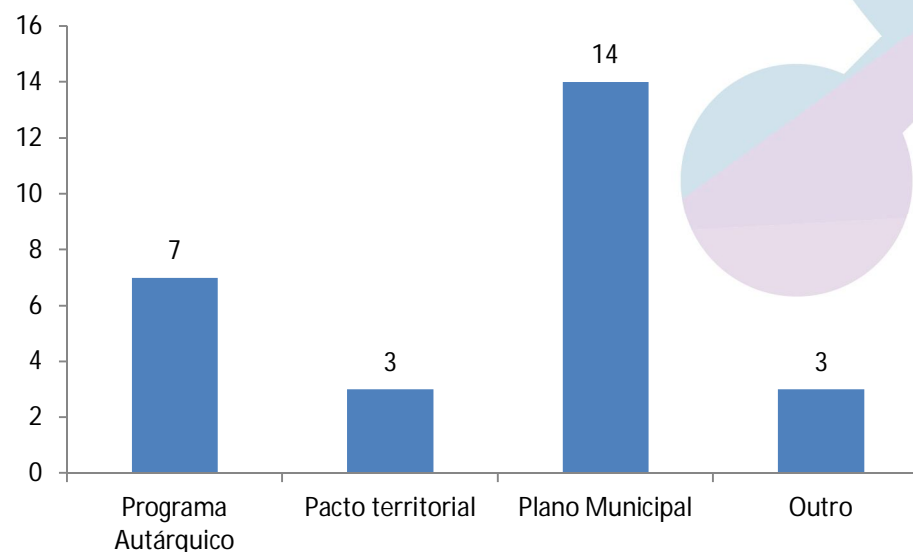
Resultados

Os resultados aqui apresentados baseiam-se na informação reportada e validada pelas autarquias inquiridas.

O universo dos 39 territórios concelhios inquiridos não espelha a realidade nacional em matéria de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes.

Principais conclusões: compromisso da autarquia

- A Rede Social é o contexto privilegiado onde os temas da imigração, da integração de imigrantes e/ou da diversidade cultural são objeto de debate no território concelhio.
- Dos documentos oficiais da autarquia para enquadrar especificamente o acolhimento e a integração de imigrantes e seus descendentes e/ou a promoção da interculturalidade destacam-se os Planos Municipais para a Integração de imigrantes (em fase de elaboração à data da inquirição) e os Planos de Desenvolvimento Social (embora não específicos, referem especificamente a temática).



Principais conclusões: compromisso da autarquia

- Das campanhas de sensibilização promovidas pela autarquia destaca-se a temática da Diversidade Cultural.
- 7 autarquias em 39 afirmam promover a participação dos imigrantes nos processos de formulação de todas políticas locais e 7 apenas nas políticas referentes às questões da imigração.
- 21 autarquias afirmam ter um gabinete ou serviço dedicado especificamente ao acolhimento e à integração de imigrantes e/ou à promoção da interculturalidade. Destacam-se os Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII).
- 8 autarquias disponibilizam informação institucional noutras línguas que não o português (excluem-se as informações de cariz turístico e outras de outras entidades sediadas fora do território concelhio). Destacam-se as informações especificamente dirigidas aos imigrantes.
- 4 autarquias afirmam ter promovido nos últimos 365 dias ou vir a promover nos próximos 365 dias ações de caráter formativo com vista ao reforço das competências interculturais dos seus funcionários e dos técnicos de instituições públicas e privadas no território concelhio. Essas 4 autarquias e outras 4 referem igualmente ter promovido ou vir a promover outros eventos de reflexão e debate como sendo seminários e conferências.
- Praticamente um terço das autarquias foi reconhecida com uma distinção ou prémio pelas suas atividades ou políticas na vertente da integração de imigrantes e seus descendentes e/ou da diversidade cultural.

Principais conclusões: serviços de acolhimento e integração

- Cerca de 80% dos territórios concelhios inquiridos dispõem de um serviço especializado de atendimento ao imigrante (público ou privado). Integram-se aqui os 21 serviços ou gabinetes das autarquias e acrescem os CLAI's e os Gabinetes especializados (sobretudo ao abrigo da Ação 1 do FEINPT) de outras entidades da sociedade civil que atuam no território concelhio. Destacam-se as associações de imigrantes e outras entidades da sociedade civil.
- 1 serviço geral de mediação promovido pela sociedade civil que também responde às questões da interculturalidade (E5G), 5 serviços específicos da iniciativa da autarquia para a mediação em questões interculturais (destacam-se os projetos MISP) e 2 serviços específicos da iniciativa da sociedade civil para a mediação em questões interculturais. Serviços disponibilizados em hospitais e unidades de saúde, em escolas, juntas de freguesia e autarquias e autoridades de segurança. Resposta de mediação intercultural de apoio a técnicos, utentes e serviços de uma forma geral.

Principais conclusões: urbanismo e habitação

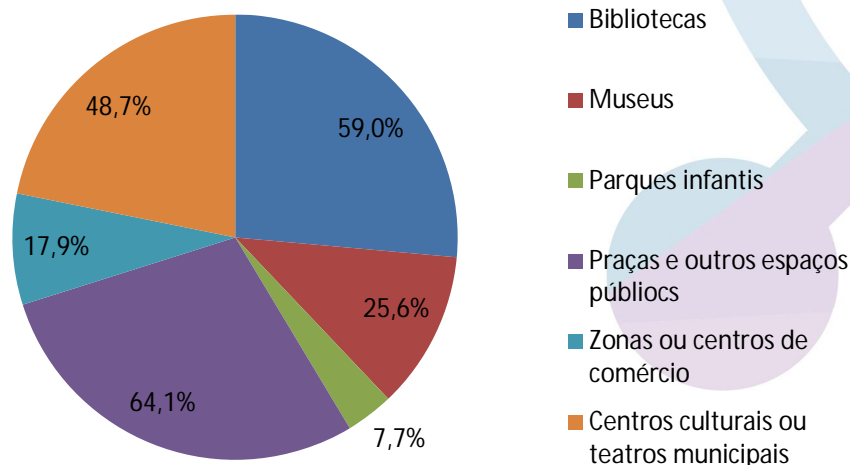
- Não obstante grande parte dos municípios inquiridos identificar zonas de concentração de imigrantes e seus descendentes em termos habitacionais, apenas pouco mais de um quarto das autarquias refere fomentar a diversidade cultural nas zonas habitacionais.
- Cerca de metade dos municípios inquiridos dinamizam iniciativas que promovem a interação de moradores de diferentes zonas do território concelhio e de diferentes origens culturais e pouco mais de um quarto entre residentes de diferentes origens culturais dentro da mesma zona. Menos de metade dos municípios identificam zonas do território concelhio mais procuradas por imigrantes.
- Pouco mais de metade dos municípios inquiridos têm um serviço específico que informa e encaminha os imigrantes na vertente da habitação, sendo a sua grande maioria dinamizada por CLAI's.

Principais conclusões

- **Mercado de trabalho e empresarial, formação e capacitação:**
 - No território concelhio existem serviços específicos de apoio a diferentes perfis de imigrantes, nomeadamente a desempregados (11) e a empreendedores(10).
 - Pouco mais de um terço dos territórios concelhios inquiridos têm medidas e/ou programas específicos de incentivo ao empreendedorismo imigrante.
 - 9 autarquias inquiridas afirmam existir no território concelhio uma política de atração específica para investidores estrangeiros e empresários, entre outros. Destacam-se a iniciativas das autarquias.
- **Solidariedade e resposta social:** Todas as autarquias declararam que nos seus territórios concelhios todas as entidades que trabalham no âmbito da intervenção social abrangem a população imigrante, no entanto, apenas 10 autarquias dispõem de serviços específicos de apoio social à população imigrante.

Principais conclusões: cultura

- Metade das autarquias inquiridas declararam que ocasionalmente a programação e os eventos culturais no território concelhio espelham a diversidade cultural dos residentes do município e apenas cerca de 1/3 afirma que frequentemente a programação e eventos culturais espelham a diversidade cultural.
- Os eventos culturais com enfoque na promoção da interculturalidade ocorrem maioritariamente em praças e outros espaços públicos (64%), bibliotecas públicas (59%) e centros culturais ou teatros municipais (49%).



- 62% das autarquias declararam apoiar ou atribuir financiamento a entidades da sociedade civil para a dinamização de atividades culturais com enfoque na diversidade cultural. Maioritariamente os apoios são financeiros ou logísticos.

Principais conclusões: cidadania e participação cívica

- Em pelo menos 13 territórios concelhios (do universo dos inquiridos) existem iniciativas de informação e/ou sensibilização especificamente sobre a importância do recenseamento eleitoral dos imigrantes (sessões de esclarecimento e materiais informativos). Destacam-se os materiais informativos.
- Em apenas 2 territórios concelhios os inquiridos afirmam que parcialmente (não proporcionalmente) a origem étnica ou a nacionalidade dos políticos candidatos ou eleitos nas eleições locais refletem a composição da diversidade de origens dos residentes no território concelhio. De destacar a referência à participação de cidadãos de diferentes origens nas eleições locais através da incorporação do seu nome nas listas dos candidatos nas eleições locais, embora na sua maioria em lugares não elegíveis.
- Em três quartos dos territórios concelhios existem associações de imigrantes e/ou de apoio a imigrantes. Destacam-se as entidades de apoio a imigrantes em detrimento das associações de imigrantes.

Principais conclusões: *media*

- 8 autarquias inquiridas afirmaram ter uma estratégia de comunicação para os assuntos da diversidade cultural e da imigração nos meios de comunicação social. Destacam-se as iniciativas de divulgação de eventos nos *media* locais e nos meios de comunicação da própria autarquia como sendo *website*, *facebook* e boletins municipais, entre outros.
- Em apenas 3 territórios concelhios são referidas as iniciativas de sensibilização dirigidas especificamente a jornalistas sobre a forma de veicular informação acerca das questões da imigração e/ou da diversidade cultural.

Principais conclusões: racismo e discriminação

- Quase metade dos territórios concelhios dispõe de mecanismos que possibilitam a recolha e o encaminhamento de queixas de racismo e discriminação. Destacam-se os CLAll's, as associações de imigrantes e as entidades de apoio aos imigrantes.
- Não obstante cerca de 80% dos inquiridos conhecer a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), apenas uma autarquia afirmou ter articulado com a CICDR no encaminhamento de queixas de racismo ou discriminação sinalizadas no território concelhio.

Principais conclusões: relações internacionais

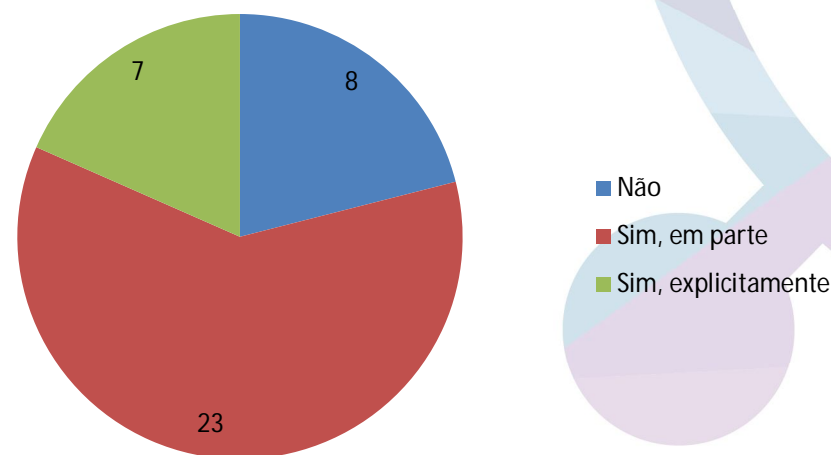
- Pouco mais de um quarto dos municípios inquiridos têm uma política de cooperação internacional baseada em acordos ou geminações de cidades que contemplam nos seus objetivos as questões das migrações, nomeadamente a emigração.
- Menos de um quarto dos municípios inquiridos têm políticas ou projetos para promover as relações com os países de origem dos imigrantes residentes no território concelhio, sendo os mesmos de natureza económica, educativa e/ou formativa e cultural.
- Um quarto dos municípios inquiridos têm uma política de atração de imigrantes, sendo de destacar os empresários e empreendedores.

Principais conclusões

- **Religião:** Se três quartos dos municípios inquiridos afirma que os espaços de culto existentes no território concelhio refletem a diversidade religiosa presente no município, apenas metade dinamizou no último ano iniciativas com o intuito de fomentar o diálogo inter-religioso.
- **Língua:**
 - Em três quartos dos territórios inquiridos existem iniciativas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa para imigrantes. Destacam-se as iniciativas do programa Português para Todos (PPT). No entanto, praticamente metade desses territórios concelhios afirma que essas iniciativas não respondem às necessidades de aprendizagem de língua portuguesa dos imigrantes residentes no território concelhio.
 - 6 dos 10 territórios que não dispõem de iniciativas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa para imigrantes afirma a necessidade desse tipo de iniciativas por parte dos imigrantes residentes no território concelhio.
 - Em 16 territórios concelhios são dinamizadas iniciativas em torno da aprendizagem da língua materna dos imigrantes residentes. Destaca-se a língua Russa e Ucraniana.

Principais conclusões: educação

- Para além dos critérios definidos pela lei e diretrizes do Ministério de Educação e Ciência usados na formação das turmas, destacam-se outros critérios como sendo a origem migratória dos alunos ou a sua nacionalidade e a língua materna ou o nível de domínio da língua.
- O projeto educativo do agrupamento de escolas contempla a dimensão da interculturalidade ou da imigração?



- Em apenas 11 agrupamentos de escolas são promovidas ações de formação e/ou de sensibilização com vista à capacitação no âmbito das competências interculturais. Destacam-se as ações dirigidas ao pessoal docente em detrimento por exemplo das direções das escolas e do pessoal não docente.

Principais conclusões: saúde

- 6 serviços públicos de saúde (em 38 inquiridos) afirmam que todos os cidadãos portugueses e estrangeiros em situação regular têm acesso aos serviços públicos locais de saúde, ao passo que os restantes territórios concelhios (32) afirmam que todos os cidadãos independentemente da sua nacionalidade e situação (regular ou não) no país têm acesso aos serviços públicos de saúde. Estes casos referem que a recusa de tratamento médico não está posta em causa sendo as dificuldades identificadas ligadas à continuidade dos tratamentos.
- Das ações e/ou materiais de informação e/ou sensibilização no âmbito das questões da imigração ou outras dirigidas especificamente aos imigrantes, destacam-se as iniciativas ligadas aos direitos dos imigrantes no acesso à saúde.
- O recurso a familiares e amigos ou o uso de outra língua que não o português são as práticas mais adotadas pelos serviços de saúde no território concelhio no atendimento sempre que se apresentam dificuldades de comunicação por não domínio do português.



Obrigado pela atenção!

Gabinete de Estudos e Relações Internacionais